

REIS, Rossana Rocha. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, jun., 2004.

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. 1992. Brasília, n. 71, 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura, ideologia, poder e o futuro da antropologia: conversando com Erik R. Wolf. In: *Série Antropologia*, n. 218. Brasília, 1997.

_____. Cultura, direitos humanos e poder. Mais além do império e dos humanos direitos: por um universalismo heteroglóssico. In: *Série Antropologia*, n. 340. Brasília, 2003.

SAAVEDRA, Gustavo Fernandez. Bolívia: hora de mudar de direção. *Política Externa*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 97-110, 2004.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Povos indígenas e a constituinte*. Florianópolis: Editora da UFSC/Movimento, 1989.

SANTOS, Sílvio Coelho dos; WERNER, Dennis; BLOEMER, Neusa Sens; NACKE, Anelise (Org.). *Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos: ensaios*. Florianópolis: Editora da UFSC/CNPq, 1985.

SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). *O índio perante o direito: ensaios*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1982.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e derechos humanos: alteridad y ética in el movimiento de los derechos universales. In: *Série Antropologia*, n. 356. Brasília, 2004.

UNITED NATIONS. Statement of Victoria Tauli-Copuz, Chair of Permanent Forum on Indigenous Issues on the occasion of the adoption of the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples. Disponível em: <<http://www.iwgia.org/graphics/Synkron-library/Documents>>. Acesso em: jan. 2008.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of international politics*. London: Routledge, 1991.

O ETNODESENVOLVIMENTO NA TERRA INDÍGENA RAPOSA-SERRA DO SOL

Getúlio Alberto de Souza Cruz
Ana Zuleide Barroso da Silva
Romanul de Souza Bispo
Universidade Federal de Roraima

As experiências dos últimos anos, no Brasil e em outras regiões da América Latina, revelam a demarcação das terras indígenas como o primeiro, embora decisivo, passo para a auto-sustentação e o desenvolvimento dos povos indígenas. No entanto, a demarcação física e sua regularização não implicam automaticamente a segurança de seus territórios. No contexto atual de expansão da economia de mercado, a situação pós-demarcatória se torna ainda mais crítica, pois sem a criação de condições que assegurem as demarcações e a auto-sustentação, inclusive alimentar, das comunidades indígenas em seus territórios, os resultados desse processo são rapidamente postos em questão (VERDUM, 1995).

Em relação à demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol (TIRSS), contínua ou em ilha, seja qual for a decisão que o Supremo Tribunal Federal (STF) tomar, restará por pensar a questão da sobrevivência de seus habitantes. Ocupada por indígenas e não-indígenas desde o século XVIII, essa região – que se localiza a noroeste de Roraima, na fronteira do Brasil com a Guiana e a Venezuela - apresenta relevo de plano a muito ondulado e solo de baixíssima fertilidade, o que limita fortemente seu aproveitamento agrícola. Com fauna quase dizimada e bacia hidrográfica formada por rios poucos piscosos, a TIRSS tem reduzida possibilidade de prover a população local de proteína animal, não restando a seus habitantes outra opção que a de dedicar-se à criação de animais de pequeno, médio e grande porte para essa finalidade.

Embora submetida por séculos a queimadas anuais, a savana que predomina na cobertura florística da referida área indígena, ainda é capaz de suportar a criação de gado bovino, ovino, caprino e equino em regime extensivo. Desde os primórdios da chegada dos não-índios, por conseguinte,

dos bovinos à região, os indígenas foram os maiores contribuintes de mão-de-obra utilizada nas fazendas de pecuária da região do alto, médio e baixo Cotingo. Eles foram os melhores vaqueiros na toca e nos tratos rudimentares que se davam aos rebanhos, uma atividade que lhes proporcionou vasta experiência no manejo em regime extensivo.

As ações de distribuição de gado *vacum*, pela igreja católica, governo federal, e mesmo por programas do governo do Estado de Roraima, nas últimas três décadas, têm contribuído para que as comunidades indígenas administrem, quase sempre com sucesso, os seus próprios rebanhos as quais vêm apresentando taxa de crescimento consistente.

Nesse cenário de pouca aptidão agrícola, de quase nenhuma possibilidade de extrativismo vegetal, de razoável suporte forrageiro do lavrado, da experiência acumulada pelos indígenas como vaqueiros, e da existência de um rebanho bovino já em poder das comunidades indígenas locais, a pecuária aparece como uma das melhores alternativas para a implementação de projetos auto-sustentáveis para a população que habita a região.

É evidente que o contato com a população não-indígena torna inevitável a inserção das comunidades indígenas da TIRSS no mercado de trabalho. Vivencia-se uma civilização de trocas, condição que exige novas condutas dos índios na condução e nas práticas relativas ao manejo do rebanho. A região não possui, ao menos na sua porção habitada, espaços com cobertura florestal, o que impede a formação de pastagem com aproveitamento da fertilidade natural do solo, e mesmo que isso fosse possível, as exigências ambientais tornariam essa opção inviável. A curto e médio prazos, não é razoável imaginar a possibilidade de os índios adquirirem condição de assimilarem tecnologia para a formação de pastagem com adubação química e plantio, variedades para eles exóticas, capazes de possibilitar o “acabamento” (engorda) dos animais bovinos em capineiras e, desse modo, a venda de carne em padrões cada dia mais exigidos pelos consumidores.

Com base no cenário descrito, evidencia-se a necessidade de integração entre a pecuária praticada pelos índios e a praticada pelos não-índios. Nesse

sentido, reforça-se a possibilidade de os índios pecuaristas transformarem-se nos principais fornecedores de animais aos recriadores e engordadores de bois, a fim de que estes abasteçam o mercado de carne bovina do Estado. Em outros termos, propõe-se que a pecuária a ser expandida e consolidada no espaço territorial Raposa-Serra do Sol, deva ser especializada na produção de animais pelos índios, e na engorda concluída pela pecuária dos não-índios.

Em se aceitando essa alternativa, resta a necessidade de adoção de práticas pastoris modernizadoras no manejo do rebanho, isto é, dentro de padrões possíveis de assimilação cultural, bem como de possibilidade econômica pelas populações indígenas. Essas mudanças deverão ocorrer especialmente no manejo/separação do rebanho para evitar consangüinidade, no controle e descarte de matrizes, na apartação de garrotes e na boa ingestão de sal mineral, além de controles sanitários.

Embora na TIRSS já existam comunidades com registro de resistência à propriedade coletiva, a exemplo da comunidade de Napoleão, onde cada família tem seu próprio gado, a proposta que se faz é de que o rebanho passe à propriedade coletiva, especialmente para evitar a necessidade de cerca, e pela possibilidade de treinamento mais rápido dos administradores tanto em termos gerenciais, quanto na adoção das mencionadas mudanças.

CONCEITUAÇÃO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nas discussões acerca do desenvolvimento sustentável, a ênfase no meio ambiente, em muitos estudos, aborda apenas a questão ambiental. Mueller, um dos primeiros autores a focalizar outros aspectos sobre o meio ambiente, no seu primeiro trabalho, *As contas nacionais e os custos ambientais da atividade econômica* (1996), debate esse tema em relação ao sistema de contas nacionais. Posteriormente, em *Economia ambiental na perspectiva do mundo industrializado: uma avaliação da economia ambiental neoclássica* (1996), o autor sugere uma versão

estilizada e simplificada de como o desenvolvimento deve se apresentar para ser sustentável econômica, social e ambientalmente.

Mueller (1996) destaca que os argumentos com os quais o raciocínio anterior se justificava eram limitados em relação ao ecossistema, às demandas de matérias e de energia do sistema econômico, bem como às suas emissões de resíduos e rejeitos. Por isso, o autor identifica que os estudos da economia ambiental neoclássica basearam-se em dois ramos principais a teoria da poluição e as teorias dos recursos naturais. A primeira teoria analisa os problemas decorrentes do despejo no ecossistema de rejeitos pelo processo de produção e de consumo. A segunda diz respeito à extração, pelo sistema econômico, de recursos naturais do ecossistema. Ambas estão voltadas para responder qual é o padrão ótimo de uso de recursos naturais, o que deve guiar o emprego ótimo de tais recursos, qual é a taxa ótima de redução de recursos não-renováveis e se os recursos naturais podem estabelecer limites físicos ao crescimento econômico.

A abordagem de Mueller sobre o desenvolvimento sustentável por meio da teoria neoclássica enfoca principalmente os problemas ambientais decorrentes do crescimento econômico e, dessa forma, discute como preservar esses recursos para que os mesmos sejam sustentáveis. Quanto às questões sociais, na conclusão do seu estudo, ele argumenta que “essa é uma questão resolvida há muito tempo pelo pensamento neoclássico” (1996, p. 283). O autor afirma que para os membros radicais da escola neoclássica, a economia deve concentrar-se no estudo da eficiência na alocação de recursos, pois os problemas de distribuição de renda e riqueza são *províncias* de outras disciplinas.

Para Mueller, essa teoria prioriza, implicitamente, o requisito da manutenção ou da ampliação do bem-estar da geração presente que habita as economias de mercado do primeiro mundo. Na percepção do autor, algumas correntes sobre o desenvolvimento sustentável enfatizam a manutenção do bem-estar dos países ricos no presente, outras dão prioridade ao bem-estar dos atuais habitantes dos países pobres, e ainda há outras que centram suas preocupações no bem-estar enquanto sobrevivência das gerações futuras, numa perspectiva em longo prazo.

Muller acredita no conceito de *desenvolvimento sustentável* expresso no final da década de 1980, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo o qual o desenvolvimento deve assegurar, simultaneamente, pelo menos, a manutenção do bem-estar da atual geração que habita os países industrializados; o vigoroso combate à pobreza, com acentuada redução nas disparidades de renda e riqueza entre os países industrializados do Norte e os do Sul, subdesenvolvidos; finalmente, deve garantir que tudo isso ocorra sem prejudicar as oportunidades das gerações futuras.

Enquanto alguns autores direcionam seus estudos apenas para as questões relacionadas à preservação do meio ambiente, outros enfatizam mais a dimensão social, o que se observa em alguns artigos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sobre desenvolvimento. Na visão de Kitamura (1994), por exemplo, tendo em vista que a América Latina tem a pobreza estruturalmente ligada à escassez, o desenvolvimento sustentável deve contemplar a satisfação das necessidades básicas da população, especialmente dos grupos mais pobres. O autor comenta que, para a CEPAL, uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a América Latina deveria pautar-se, principalmente, nas pessoas e nas comunidades, pois as pessoas são recursos e sujeitos para o desenvolvimento.

Bielschowsky (1998) analisa as idéias da corrente cepalina ou estruturalista, nas quais identifica o diagnóstico da solidariedade e o antagonismo que o novo modelo de inserção tem em suas relações econômicas e sociais. Para o autor, os estudos sobre progresso técnico, reestruturação produtiva, emprego e distribuição de renda expressam o mesmo enfoque de cinquenta anos atrás. Ainda que o contexto seja novo, ele argumenta que “reaparecem as análises das preocupações estruturalistas tradicionais pelo subemprego e a insuficiência de um crescimento sustentável” (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 42. Tradução dos autores).

Bielschowsky menciona, ainda, que tal abordagem destaca o desenvolvimento social como o grande objetivo da humanidade, e dessa forma, estabelece um consenso filosófico universal sobre as normas sociais do

desenvolvimento. O autor conclui que, para atingir esse objetivo, seria necessário separar o desenvolvimento econômico do progresso social.

Fuente e Sáinz (2001) ressaltam que a CEPAL sempre reconheceu e destacou a importância do crescimento econômico, abordando questões sobre problemas sociais para obter maior sustentabilidade, dinamismo econômico, estruturas de consumo diferenciadas e difusão social dos frutos desse crescimento. O estudo feito por esses autores refere-se à relação entre crescimento e distribuição de renda entre os pobres. Eles afirmam que, com a mesma taxa de crescimento, a distribuição de renda pode ser afetada pelos gastos sociais promovidos pelo governo, e quando ocorre a elevação no crescimento econômico, há efeitos positivos sobre a renda.

Ranis e Stewart (2002) chamam atenção para a questão do desenvolvimento humano e do crescimento econômico, colocando o primeiro como fator causal do segundo. Os autores destacam grandes razões para considerar que o objetivo fundamental da atividade humana é o desenvolvimento humano, o qual é definido por eles como a ampliação das oportunidades e a possibilidade de uma vida mais longa, mais saudável e mais plena. Eles mencionam que o crescimento econômico proporciona os SOS que permitem melhorar o desenvolvimento humano e, por outro lado, a qualidade da mão-de-obra, fato que contribui de maneira importante para esse crescimento.

Conforme Ranis e Stewart (2002), se existe alguma forma de crescimento econômico que promova o desenvolvimento humano, igualmente há alguma forma de desenvolvimento humano que promova o crescimento econômico, além de tipos concretos desse desenvolvimento mais adequados para promover o crescimento.

O 'ETNO' DO DESENVOLVIMENTO

Em 1981, na cidade de São José da Costa Rica, com patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(UNESCO) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), a idéia do *etnodesenvolvimento*, como “modalidade alternativa de desenvolvimento”, emergiu formalmente no cenário latino-americano. Contribuíram para sua conceituação personagens do mundo indigenista e antropológico, como Stefano Varese (Peru), Diego Iturralde (Equador), Enrique Valencia, Rodolfo Stavenhagen e Salomón Nahmad (México), Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira (Brasil), dentre outros.

Para os mencionados personagens, promover o *etnodesenvolvimento* implica, além do reconhecimento e garantia de territórios adequados pelo Estado, o fortalecimento da capacidade de decisão autônoma das sociedades indígenas (independentemente do que, para estas, significa *desenvolvimento*); implica também que os planejadores do desenvolvimento aprendam a lidar com os fatores étnicos. Não é por acaso, portanto, que Stavenhagen (1985) qualifica o *etnodesenvolvimento* como “uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista”. O ponto preocupante nessa alternativa, passados mais de vinte e cinco anos desde quando emergiu na cena pública latino-americana, é o pouco nível de desenvolvimento do debate, ao menos no Brasil, sobre essa modalidade de indigenismo: o *indigenismo etnodesenvolvimentista* (LIMA; BARROSO-HOFMANN, 2002; VERDUM, 2006).

No contexto brasileiro, existem temas e questões tratadas de um ponto de vista mais crítico e menos funcional. Exemplo disso é a necessidade das populações em se adequarem às “regras do jogo” do setor financeiro, para acessarem recursos dos Estados e das agências financeiras internacionais; a mercantilização da natureza e dos conhecimentos indígenas e sua inserção subordinada e dependente nos circuitos econômicos de mercado; a objetivação da cultura na forma de *bens* e *serviços* negociáveis em mercados; a imposição de formas organizativas particulares (tipo *sindical* ou *associativa*) como forma de representação e como requisito básico para viabilizar o acesso ao “apoio financeiro”; a incorporação e cooptação pelo Estado de expoentes (“lideranças”) indígenas - na condição de intermediários legitimados pela origem étnica e/ou pela rede de apoio que conseguem estabelecer dentro e fora do

meio indígena - nas estruturas constituídas para administrar o chamado “desenvolvimento com identidade indígena”; e o caráter *universal* que se quer dar à idéia de desenvolvimento (e ao sistema de crenças e valores que subjaz a esta idéia).

O que se tem visto no Brasil, ao longo dos anos, é o esforço do Estado nacional, com ou sem a colaboração das chamadas agências internacionais de cooperação técnica e financeira, de Organizações Não Governamentais (ONGs) ou de Igrejas, para promover mudanças na forma de organização social e política indígena. Exige-se (e ocasionalmente são “dados” incentivos financeiros com este fim) que determinados grupos indígenas se organizem de uma forma particular, criem associações com registro oficial, desenvolvam capacidades para gestão de recursos financeiros para “mobilizar o capital social” necessário aos “projetos de desenvolvimento sustentável”. Em alguns casos, promove-se a mobilidade social de “lideranças indígenas”, incorporando estas nas estruturas estatais como empregados ou consultores, que acabam enredados em processos e procedimentos burocráticos e com baixíssimo poder de decisão independente.

A questão da TIRSS, especialmente sobre o futuro das populações que ali habitam, no pós-demarcação, envolve toda essa complexidade de fatores econômicos, ambientais, e especialmente, o etnodesenvolvimento. Assim, qualquer proposta que vise contribuir para o debate quanto à sobrevivência daqueles povos deve considerar o potencial de agressão ao meio ambiente que algumas atividades desenvolvidas pelos próprios indígenas pode trazer (a garimpagem, por exemplo), o respeito às suas possibilidades de produção excedentes comercializáveis e ao empoderamento daqueles povos, sem o que não é possível falar em desenvolvimento sustentável. Dessa forma, ao propor-se a expansão e consolidação da pecuária como atividade econômica a ser priorizada entre as populações que habitam a região, tenta-se balizar a discussão, tendo como referência os modernos conceitos de desenvolvimento expostos.

O CENÁRIO

Dentro da Amazônia, existem diferenciadas sub-regiões. O Estado de Roraima, um bom exemplo de diversidade, situa-se no extremo Norte do Brasil, fazendo fronteira com a República Cooperativista da Guiana e com a República Bolivariana da Venezuela. Cortado ao Sul pela Linha do Equador, Roraima tem a maior parte de seu território no Hemisfério Norte. O clima é equatorial, quente e úmido e mais de 60% de sua área é coberta pela Floresta Amazônica.

Criado em 1988, o Estado de Roraima herdou um intrincado espaço fundiário, com território salpicado por questões de faixa de fronteira, áreas ambientais e as áreas indígenas. Considerando que sua região norte/nordeste é habitada por indígenas de várias etnias que se encontram em diversos níveis de interação com a sociedade envolvente, e de migrantes de várias regiões do país, com predominância dos nordestinos, Roraima é o Estado que detém o maior contingente populacional indígena do país, miscigenado com migrantes nordestinos, sulistas e regionais.

Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atualmente, no referido Estado vivem cerca de 45 mil indígenas, divididos em 11 povos¹, uma população estimada em mais de 14 mil indígenas Yanomami e mais de 31 mil das demais etnias. Juntas, essas etnias representam uma das maiores expressões demográficas indígenas do Brasil. Com exceção dos Yanomami, que habitam uma única área homologada e de difícil acesso, as demais etnias estão distribuídas em 256 comunidades, com presença em todos os 15 municípios do Estado.

A forma um pouco antecipada como Roraima foi ocupado territorialmente pelos europeus ao longo do processo de colonização luso-espanhol e, posteriormente, pelo Estado nacional, pela necessidade de marcar presença nas regiões fronteiriças, é um fator definidor de certas peculiaridades à região. O processo de ocupação do norte começou com a fixação do europeu em meados de 1775, e foi marcado pela fundação do Forte São Joaquim, próximo à confluência dos rios Tacutú e Uraricoera, cujos objetivos eram

confinar os índios em aldeias e promover futuras conquistas territoriais. Muito embora um processo de ocupação oficial, veio a consolidar-se somente após ganhar força durante o regime militar². Para Marcano (1996, p. 82), o mencionado processo de ocupação ainda está em marcha. A autora refere-se aos discursos com foco na “ocupação de espaços vazios”³ e na “integração nacional”, muito comuns nas décadas de 1970 e 1980, que mascaravam projetos econômicos de grande porte, com nítida inspiração na Doutrina de Segurança Nacional.

A estratégia do Estado nacional de ocupar espaços territoriais na Amazônia com a presença de populações não-índias começou a modificar-se nas duas últimas décadas do século XX. Por conta do enfraquecimento dessa doutrina, a TIRSS teve sua identificação pela FUNAI em 1977, e os primeiros estudos concluídos datam de 1993, com o reconhecimento da Terra como de ocupação tradicional dos índios Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingarikó. Desde então, diversas contradições sobre o tema têm se instalado. O perímetro da pretendida Terra foi aumentado com o passar do tempo, sendo finalmente demarcado com a área contínua de 1.747.464 (um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro) hectares. A demarcação, no entanto, só ocorreu em 11 de dezembro de 1998, pela Portaria n. 820 do Ministério da Justiça, e a homologação pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, aconteceu somente em 15 de abril de 2005, por meio da Portaria n. 534, de 13 de abril de 2005, do Ministério da Justiça.

Apesar de vários anos de discussão, pressões e contrapressões, a área demarcada para a TIRSS, que continua sujeita à revisão pelo STF, possui a sobreposição de uma Unidade de Conservação, o Parque Nacional Monte Roraima. Essa circunstância impõe à região dupla jurisdição por órgãos do governo federal, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que proíbe atividades tradicionais dos índios nas áreas protegidas e a FUNAI, que os estimula com projetos econômicos. Por localizar-se na faixa de fronteira, por dispositivo constitucional, toda e qualquer intervenção na área é feita somente depois de ouvido o Conselho de Segurança

Nacional (CSN). Essa tríplice jurisdição de órgãos do governo federal pode ser visualizada no mapa a seguir.



Conforme mencionado, os séculos de contato continuado entre a população indígena da Raposa-Serra do Sol e a sociedade envolvente alteraram profundamente a vida, a economia, as crenças e a visão de mundo daquelas etnias, muito embora algumas características ainda as diferenciem do chamado povo branco. Mesmo sendo visíveis algumas alterações em sua cultura, os indígenas ainda mantêm fortes valores e laços religiosos com a terra.

Esse cenário, cujos fatores aqui delineados em linhas gerais, emprestam características especiais à região, onde ainda é possível ver a generosidade com que a natureza se manifesta ao homem, pelo que resta das riquezas da fauna e da flora, e pela exuberância de suas paisagens. Ressalte-se também a riqueza cultural do autóctone, cujas comunidades que habitam esses espaços vêm

resistindo a séculos de dominação, espoliação e exclusão. É uma “região que ainda conserva o misterioso encanto de uma formosura única, de difícil descrição” (HUBER, 1999, p. 4).

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO INDÍGENA DA TIRSS

Segundo Agostinho (1996), a população indígena da Raposa-Serra do Sol encontra-se dispersa ao longo de vales, beiras de rios e margens das principais vias de acesso, fatos configurados de acordo com o estudioso por razões fisiográficas e culturais.

No quadro abaixo, apresentam-se os povos indígenas que habitam a TIRSS, uma região com cerca de 20 mil indivíduos⁴, distribuídos em 193 comunidades. Apesar de ocuparem uma área contínua, as várias etnias que habitam a Terra guardam entre si muitas diferenças étnicas, culturais e religiosas e mesmo quanto ao grau de interação com a sociedade envolvente. Apenas os dois grupos étnicos majoritários, Macuxi e Wapixána, aproximam-se pela miscigenação, pelo modo de vida mais sedentário e pela forma de produção para a subsistência.

| ETNIA | NÚMERO DE ALDEIAS | POPULAÇÃO |
|------------------|-------------------|-----------|
| Makuxi | 92 | 9.505 |
| Ingarikó | 4 | 548 |
| Makuxi/Ingarikó | 1 | 327 |
| Makuxi/Patamona | 3 | 220 |
| Makuxi/Taurepang | 2 | 525 |
| Makuxi/Wapixana | 91 | 8.099 |
| TOTAL | 193 | 19.224 |

Fonte: FUNAI (abril de 2008).

Embora existam restrições para avaliar o desenvolvimento de populações indígenas sob a ótica de indicadores aplicáveis a sociedades não-indígenas, torna-se impossível no âmbito deste estudo, identificar outros parâmetros para fazer algumas considerações sobre a qualidade de vida das populações indígenas ou não da TIRSS. Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil do ano 2000, a renda *per capita* do Estado de Roraima era de R\$ 232,49, em 2000, abaixo da média brasileira, que era de R\$ 297,23. Os municípios localizados no interior da região são ainda menores. Pacaraima apresenta renda *per capita* de R\$ 147,87, Normandia R\$ 66,13 e Uiramutã R\$ 49,08. Os dois últimos municípios apresentam-se como penúltimo e último, respectivamente, numa escala decrescente da renda *per capita* dos municípios do Estado. Como a participação da população indígena na população total desses municípios é superior a 80%, considera-se que tais indicadores podem refletir com razoável grau de coerência a qualidade de vida dos índios que vivem na Raposa-Serra do Sol.

Quando a avaliação é feita a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em suas várias dimensões, a situação daquelas populações não é diferente, conforme se verifica no quadro abaixo.

| MUNICÍPIO | IDHM | IDHM-RENDA | IDHM-LONGEVIDADE | IDHM-EDUCAÇÃO | RENDA PER CAPITA ⁵ | % DE POBRES ⁶ |
|---------------------|-------|------------|------------------|---------------|-------------------------------|--------------------------|
| Brasil | 0,766 | 0,723 | 0,727 | 0,849 | 297,23 | 32,75 |
| Roraima | 0,746 | 0,682 | 0,691 | 0,865 | 232,49 | 35,90 |
| Boa Vista (Capital) | 0,779 | 0,725 | 0,702 | 0,910 | 299,46 | 24,80 |
| Normandia | 0,600 | 0,472 | 0,582 | 0,747 | 66,13 | 78,84 |
| Pacaraima | 0,718 | 0,607 | 0,698 | 0,849 | 147,87 | 56,25 |
| Uiramutã | 0,542 | 0,423 | 0,582 | 0,621 | 49,08 | 65,41 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Esse quadro evidencia que os indicadores da TIRSS estão abaixo da média do país. Veja-se, por exemplo, que o percentual de pobres no Estado de

Roraima era de 35,90% em 2000, acima da média brasileira de 32,75%. Nos municípios do interior, a situação se intensifica: Pacaraima apresenta percentual de 56,25, Normandia de 78,84% e Uiramutã de 65,41%.

Contudo, não é apenas na renda *per capita* da pobreza que os indígenas dos municípios de Uiramutã, Normandia e Pacaraima têm os piores índices. Existe concordância generalizada nos indicadores-chave da saúde da população, tais como as estatísticas de morbidade e de mortalidade, principalmente infantil, conforme os índices anteriormente tratados. Em Roraima, os indicadores de longevidade e de mortalidade infantil não são os melhores, sendo que os municípios da região empurram a média estadual para uma situação ainda mais precária.

No ano de 2006, de acordo com Setor de Epidemiologia (CIR-Saúde-DSL/FUNASA/MS), a região das Serras e da Raposa apresentaram os maiores índices de mortalidade, totalizado respectivamente 33 e 14 óbitos por causas descritas na tabela a seguir.

| INDICADORES DE LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE – 2000 | ESTADO E MUNICÍPIOS | | | |
|--|---------------------|----------|-----------|-----------|
| | ESTADO | UIRAMUTÃ | NORMANDIA | PACARAIMA |
| Mortalidade até 1 ano de idade (por 1.000 nascidos vivos) | 33,8 | 57,0 | 57,0 | 32,2 |
| Esperança de Vida ao Nascer (anos) | 66,5 | 59,9 | 59,9 | 66,9 |
| Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher) | 3,2 | 4,0 | 3,7 | 3,6 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

É evidente que a explicação para índices de qualidade de vida tão baixos quanto os da TIRSS requer pesquisas mais aprofundadas, que considerem inclusive a dificuldade de se utilizar conceitos como renda *per capita* entre populações cuja atividade econômica ainda é marcadamente não monetizada, o que não se objetiva neste artigo.

Neste momento, considera-se apenas a hipótese de que boa parte desses baixos indicadores socioeconômicos é consequência da falta de alimentação adequada, em virtude da pobreza da fauna e da flora na região. Além disso, a falta de atividades econômicas que gerem excedentes comercializáveis pelos indígenas com a sociedade envolvente cria uma enorme barreira para que eles tenham acesso e consumo de bens e serviços capazes de elevar os indicadores referenciados.

Nesta pesquisa, sugere-se a pecuária bovina como estratégia para dotar os indígenas da TIRSS de projetos econômicos auto-sustentáveis, capazes de viabilizar o contato interétnico entre os índios com a sociedade envolvente em níveis menos desigual, como historicamente vem ocorrendo.

A PECUÁRIA NA TIRSS

A PECUÁRIA TRADICIONAL

Os lavrados de Roraima sempre foram propícios para criação de bovinos devido à sua própria feição de campo natural de gramíneas. Desde muito esse potencial foi percebido, e ao lado da extração mineral por meio da garimpagem, especialmente de diamantes, a pecuária foi uma das atividades econômicas que atraíram os primeiros habitantes não-índios. As primeiras reses foram introduzidas na região em fins do século XVIII, formando diversas fazendas e um rebanho bovino que a transformou, ao longo do século XX, no principal fornecedor de bois gordos para a exportação rumo ao Estado do Amazonas.

O crescimento da exportação foi possível graças às extensas áreas cobertas de gramíneas, à demanda dos garimpos de Boa Vista e de Manaus e, especialmente, à mão-de-obra indígena barata, contratada em regime de quase escravidão. Criado nas extensas áreas das fazendas, cujos limites foram definidos pelos não-índios, quase sempre à revelia das comunidades indígenas, o rebanho bovino daquela região foi considerado o de melhor qualidade de todo o Território Federal de Roraima, por várias décadas.

Do ponto de vista administrativo as fazendas eram entregues a “vaqueiros”, também chamados “capatazes” (quando cuidavam de mais de uma fazenda), que trabalhavam em regime de parceria, chamada “a quarta” ou “sorte”. Por tal regime, o vaqueiro, quase sempre mestiço ou migrante nordestino, tinha direito a um quarto dos bezerros/bezerras nascidos e apartados durante o ano. A entrega da parte combinada era feita a cada ano, durante as “ferras”, momento em que os animais eram revisados e separados por sexo. Os bezerros/bezerras formavam lotes de quatro, dos quais um era sorteado e entregue ao vaqueiro. Além dessa participação, o vaqueiro tinha direito a abater alguns animais para consumo na própria fazenda, e tais reses eram chamadas “matulutagem”.

O manejo do rebanho bovino na pecuária extensiva - um animal precisava em média de seis hectares/ano - era muito simples e se resumia a tarefas de castração de garrotes, separação de bezerros/bezerras de suas mães, tratamento de infecções bacterianas (bicheiras) e contagem do rebanho. Essas tarefas muitas vezes eram executadas no próprio local de pastagem dos animais, sendo que para o curral das fazendas eram levadas diariamente apenas as vacas paridas com maior capacidade de produção de leite, que era usado como alimentação pelos trabalhadores e para produção de queijo.

Para ajudar na lida diária das fazendas, os vaqueiros/capatazes recrutavam nas comunidades indígenas mão-de-obra extremamente barata. As tarefas domésticas geralmente eram executadas por índias em tenra idade, e para auxiliares no manejo do rebanho e outros trabalhos, os escolhidos eram índios também muito jovens, que não raras vezes trabalhavam em troca de comida e de vestuário simples. Como forma de legitimar esse tipo de relação de trabalho, hoje ilegal e inaceitável, criadores e vaqueiros estimulavam as relações de compadria, adotando os jovens indígenas como afilhados ou “protegidos”, mantendo-os como empregados em troca de pequenos favores a eles, ou a seus pais, que permaneciam nas comunidades, quase sempre muito pobres, e especialmente, sem muita alternativa de alimentação.

Mesmo submetidos a um regime rigorosamente de escravidão e confinados em tarefas subalternas no interior das fazendas, algumas centenas de índios da Raposa/Serra do Sol assimilaram com alguma facilidade as práticas e o manejo de rebanho bovino em regime de pecuária extensiva. Até mesmo a adoção de mineralização (prática que consiste em ministrar o fornecimento de sal mineral aos animais), que passou a ser adotada somente na última metade do século XX, não é estranha aos indígenas da região.

A PECUÁRIA INDÍGENA

Cercados crescentemente por fazendas e rebanho bovinos desde o século XVIII, os índios criaram, no imaginário coletivo, a projeção de que na posse do gado vacum está implícita uma forma de poder, especialmente sobre a terra, e também uma alternativa de fornecimento de proteína de origem animal, numa região onde a caça é cada vez mais escassa. A experiência acumulada, aliada a esses ingredientes, levaram as comunidades indígenas a desejarem ter seu próprio gado.

Os sinais desse desejo surgiram com os primeiros passos para a organização das comunidades indígenas em direção à luta pelo reconhecimento de seus direitos sobre as terras da região. A idéia da formação de um rebanho bovino para ser entregue à administração dos próprios indígenas na TIRSS partiu da Diocese de Roraima, que nos anos 70 do século passado distribuiu para algumas comunidades locais as primeiras cabeças de gado⁷. Os animais foram entregues sob o regime de propriedade coletiva, ou seja, os índios se comprometiam a devolver o mesmo número de cabeças após certo tempo. Sem dúvida, pode-se dizer que o manejo desses rebanhos foi transformado em uma das táticas para ocupar áreas das antigas fazendas dos não-índios⁸.

À iniciativa da Diocese de Roraima seguiu-se a decisão da FUNAI, que redistribuiu entre as comunidades indígenas, inclusive da TIRSS, parte do rebanho remanescente da Fazenda Nacional de São Marcos, administrada desde

sua criação pelo governo federal. Também o governo do então Território Federal de Roraima instituiu, em 1986, um programa de distribuição de gado vacum às comunidades indígenas, somando naquele ano 5.000 animais entregues.

Como resultado desse conjunto de esforços, atualmente pode-se falar em pecuária indígena. Na Raposa-Serra do Sol existe um rebanho de cerca de 27 mil cabeças de gado, segundo estimativa da FUNAI. Tal rebanho pode perfeitamente crescer para 250.000 cabeças, tendo em vista que existem na região cerca de 1.000.000 de hectares com relevo plano, recobertos por pastagem natural, e desde que se consiga elevar o suporte forrageiro para 0,25 cabeças por hectare.

A PROPOSTA

A sustentabilidade de boa parte das comunidades indígenas que habitam a TIRSS depende da implementação de projetos que lhes propiciem, de um lado, o suprimento de proteína animal, e de outro, a geração de excedentes produtivos que permitam manter a irreversível interação dos indígenas com a comunidade envolvente.

Dentre os projetos, não há dúvida de que o fortalecimento e consolidação da atividade pecuária, já existente nas comunidades indígenas, tem ampla possibilidade de atingir os demais objetivos. A experiência acumulada por meio de programas de distribuição de matrizes, além da inegável prática adquirida durante décadas de utilização de mão-de-obra indígena nas fazendas da tradicional pecuária roraimense são fortes indicativos de êxito.

Embora o criatório de gado bovino para suprimento de proteína às comunidades indígenas possa ocorrer sem grandes modificações no manejo, nas práticas e no padrão zootécnico dos rebanhos bovinos em poder das comunidades indígenas, a necessidade da produção de excedente torna imperativa tal mudança. A razão para que isso ocorra está ligada às novas

exigências do mercado em termos de qualidade da carne consumida nas áreas urbanas, afora a exigência de custos menores desse tipo de carne para concorrer com outras substitutas, especialmente a carne de frango.

Assim, propõe-se neste artigo um programa muito mais amplo e integrado, e não a simples distribuição de matrizes bovinas às comunidades indígenas da Raposa-Serra do Sol. Esse programa poderia iniciar pela criação de uma escola agrotécnica, com foco na pecuária bovina, localizada em uma das grandes comunidades locais (Raposa, Napoleão, Água Fria, Maturuca e tantas outras) para, em dois anos, formar administradores do rebanho bovino a ser ampliado. O resultado desse processo seria a formação de mão-de-obra jovem com capacidade gerencial e técnica, capaz de implementar as mudanças no padrão de criação do gado bovino pelas comunidades indígenas. Os cursos teriam uma grade curricular com disciplinas que preparassem tais administradores para operarem a comercialização do excedente produzido no mercado estadual de Roraima. A clientela preferencial dessa escola agrotécnica seriam as centenas de jovens indígenas que concluem o ensino básico nas próprias comunidades, tirante a minoria que se forma professor, cuja tendência é migrar para as cidades em busca de postos de trabalho condizentes com sua formação.

Em paralelo à formação da mão-de-obra, realizar-se-ia um exaustivo zoneamento ecológico econômico para a identificação das áreas mais propícias à pecuária, sem prejuízo às demais atividades próprias das comunidades locais, tudo sob um cenário de absoluto resguardo de eventuais danos ambientais e após ampla discussão com as populações atingidas, inclusive quanto à propriedade necessariamente coletiva do rebanho. Dado o absoluto desconhecimento das populações indígenas em relação às transações bancárias e às regras do mercado financeiro, o financiamento do programa seria a fundo perdido obtido junto a organismos nacionais e multilaterais.

CONCLUSÃO

Apesar de localizada há vários quilômetros de distância de Boa Vista, é grande a influência que a capital de Roraima exerce sobre as populações indígenas que habitam a TIRSS, tanto como mercado abastecedor de bens e serviços que os índios consomem, mas não produzem, quanto como centro prestador de serviços públicos e privados.

De igual forma, dada à federalização da questão indígena, as lideranças indígenas da Raposa-Serra do Sol têm contatos permanentes com Brasília, e quase toda a política oficial de Estado que se aplica à região passa ao largo dos governos estadual e municipal. No entanto, o governo estadual é o principal responsável pela implantação e manutenção da infra-estrutura viária, pela educação em todos os seus níveis e, inclusive, pelo desenvolvimento de vários projetos agrícolas.

Queiram ou não alguns antropólogos, o contato interétnico entre as populações indígenas da TIRSS e as populações não-indígenas é uma realidade existente há três séculos. Mais que isso, esse relacionamento interétnico vem crescendo ao longo do tempo e tem uma tendência à irreversibilidade, apesar dos esforços de grupos religiosos e até acadêmicos que se abrigam em organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas de pesquisas.

É verdade que o contato entre os índios e os não-índios vem historicamente ocorrendo com profunda desigualdade. Conforme Sampaio e Silva (2006),

a sociedade colonial engendrou formas de relacionamentos interétnicos com características específicas. O 'dono' da terra e do gado - fazendeiro, arrendatários, posseiros 'brancos', encontrou também nas populações indígenas 'pacificadas' a força de trabalho que necessitava apropriar-se. Os índios a par da lenta progressão dos dominadores sobre seus territórios, sobreviveram biologicamente e hoje resistem contra a perda de suas terras e se recusam a abrir mão de todos os seus padrões estruturais, sociais e culturais sobreviventes.

Por esse motivo, grande número de índios da região, especialmente os Macuxi e os Wapixána, não pode mais ser enquadrado pela sociedade envolvente como exclusivamente tradicional. Do ponto de vista econômico, pouquíssimos índios são coletores e caçadores, vivendo a maioria como sedentários ao redor das comunidades, algumas com vários equipamentos, próprios de um nucleamento urbano normal entre a sociedade não-índia. Para Silva (2008), retomar “[...] uma política de isolamento completo poderia significar retrocesso econômico significativo, em virtude das alterações substanciais já ocorridas em sua cultura [...]”.

Diante do pressuposto de que o relacionamento interétnico é crescente e irreversível, embora historicamente desfavorável aos indígenas, torna-se necessária a busca de mecanismos capazes de reduzir essa desigualdade. Tal busca começa pelo entendimento de que a interação entre índios e não-índios é, no fundo, a inserção dos primeiros na economia monetizada dos segundos. Isso pressupõe a necessidade de que as comunidades indígenas passem a produzir excedentes econômicos em escala suficiente para garantir-lhes rendas, expressas em moeda, imprescindíveis numa sociedade que vive um sistema de trocas não primitivo.

É inegável que além da apropriação das terras pelos “brancos” em detrimento dos direitos dos índios sobre as mesmas, o relacionamento econômico entre esses dois povos, baseado no escambo, inclusive para o pagamento da mão-de-obra utilizada nas fazendas, contribuiu fortemente para acentuar a desigualdade interétnica. Isso mostra que a história se repete, bastando lembrar-se, por exemplo, do sistema de aviação praticado na Amazônia durante a fase áurea da exploração da borracha, quando os aviadores levaram milhares de seringueiros à miséria. Os “brancos” sempre se apropriaram do trabalho e do pouco excedente produzido pelos índios de forma desigual.

No momento em que, finalmente, o Estado e a sociedade brasileira começam a devolver o controle, a posse e o uso exclusivo aos índios de uma vasta área territorial, a TIRSS, em forma contínua ou não, parece necessária a adoção de programas que assegurem aos indígenas a ocupação efetiva dessas

terras. Mas, o controle do território, embora importante, não é o suficiente para garantir que o contato interétnico se faça de forma mais justa no futuro. É imprescindível que se dê aos índios instrumentos (renda/moeda) para inseri-los em uma sociedade de trocas, como é a capitalista em que se vive.

A inserção dos índios na economia da sociedade envolvente exige-lhes a produção de excedente com valor de mercado, o que não é uma tarefa fácil. Fazer isso significa consolidar uma mudança atualmente visível em muitas comunidades da Raposa-Serra do Sol, qual seja, a de uma visão de mundo onde não se produz apenas coisas com valor de uso (caxiri, farinha, buriti), mas, igualmente, bens e serviços com valor de mercado (garrotes para engorda, artesanato e turismo, por exemplo). A pecuária foi proposta, neste trabalho, como um dos caminhos mais viáveis a curto e médio prazo, tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural.

Sem lugar à dúvida, a pecuária bovina é uma atividade de baixo impacto ambiental na TIRSS. Com mais de 80% de seu território coberto por gramíneas (o conhecido lavrado), clima ameno e cortado por rios, igarapés e lagos, a região sempre foi considerada em Roraima, como a mais apropriada para o criatório de gado. A existência de um imenso lavrado torna desnecessário o desmatamento para a formação de pastagem, atualmente o grande vilão na devastação que se impõe à Amazônia. Um zoneamento ecológico/econômico, que identifique e proteja de pisoteio excessivo as nascentes e margens mais expostas a assoreamento, torna ainda menos impactante a atividade na região.

Do ponto de vista cultural, tirante a agricultura de subsistência altamente predadora por conta da utilização do fogo e da derrubada de áreas florestadas, a pecuária bovina tem igualmente baixo impacto entre os indígenas. São duas as razões que substanciam essa conclusão: de um lado, conforme mencionado, a existência de gado *vacum* na região e a conseqüente utilização da mão-de-obra indígena nas lidas com o rebanho acontece desde o século XVIII⁹. Isso significa que a pecuária não é atividade estranha naquelas comunidades, pois os indígenas assimilaram suas práticas rudimentares há quase três séculos.

Além do exposto, é preciso reconhecer a baixa qualidade do solo da Raposa-Serra do Sol. Qualquer tentativa de torná-lo mais produtivo implicaria a utilização de mecanização, uso de corretivos e fertilizantes químicos. Além do custo elevado, essa alternativa significaria a introdução de práticas estranhas ao mundo cultural dos indígenas, somadas aos conhecidos riscos que a tecnologia química e mecânica pode trazer ao meio ambiente, quando utilizadas inadequadamente. Esse impacto e risco não existem com a pecuária, especialmente quando realizada dentro dos padrões históricos a que estão acostumados os índios da região.

Finalmente, sob a perspectiva do necessário empoderamento das populações envolvidas, condição básica para o sucesso de qualquer intervenção, estatal ou não, em realidades socioculturais específicas, tudo o que se propôs neste artigo deve ser precedido de uma ampla, geral e irrestrita discussão com os indígenas da TIRSS, a fim de que eles decidam o que mais lhes convém. É especialmente importante evitar que grupos ideológicos e de interesses, sejam quais forem suas motivações, manipulem a vontade e os desejos genuínos de pessoas historicamente espoliadas, econômica e culturalmente, e dominadas em nome de interesses que seguramente não são os seus.

NOTAS

¹ Wai Wai, Waimiri-Atroari, Yanomami, Yekuana, Macuxi, Patomona, Taurepang, Wapixana, Sapará, Maiongong e Ingariko.

² Neste artigo, "ocupação" refere-se à fixação do homem não-índio, encarregado de implementar mineração e grandes plantações de grãos, seguindo as instalações de unidades militares.

³ Calha Norte porque visa a "ocupação" do território à esquerda das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

⁴ Todos os dados sobre as terras e populações indígenas de Roraima foram obtidos por meio do *site* oficial da FUNAI: www.funai.gov.br

⁵ A renda *per capita* de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros de uma família e o número de membros dessa mesma família. Valores expressos em reais de 1º de agosto de 2000.

⁶ Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50 (linha de pobreza), equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

⁷ A história dos índios do território do Rio Branco, desde o século XIII, está intimamente vinculada ao desenvolvimento das chamadas fazendas nacionais, nas quais os indígenas trabalhavam no pastoreio. Essas fazendas, criadoras de gado de corte, foram fundadas para prover a capitania de carne. O funcionamento efetivo das fazendas nacionais São José, São Bento e São Marcos não correspondeu às expectativas governamentais e, em 1869, foram reduzidas a duas, ano em que as fazendas privadas somavam mais de 80. No começo do século XX, apenas São Marcos era fazenda nacional, as outras foram ocupadas por fazendeiros que desenvolviam rebanhos privados em terras públicas. Em 1916, esta fazenda foi entregue ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), posteriormente à FUNAI, para ser administrada, embora o contato indígena com o gado já tivesse acontecido. Alguns Macuxi adquiriram certa familiaridade com o gado por trabalharem para fazendeiros vizinhos. Naquele momento, a propriedade privada da terra se tornou diretamente relacionada à posse de gado. Com o declínio do ciclo da borracha no Amazonas, a pecuária entrou em declínio no vale do Rio Branco e cedeu espaço para a atividade de mineração.

⁸ De acordo com Edson Soares Diniz (1972), “por meio desse mecanismo, as benfeitorias passaram de um a outro dono. Era estabelecido um curral situando um *retiro*, núcleo inicial de uma nova fazenda”

⁹ Orlando Sampaio e Silva – Trabalho apresentado à VI Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste realizado no Museu Paraense “Ermílio Goeldi”, em Belém, de 7 a 10/11/1999.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Jaime de. *Contribuição à análise do documento "Programa para a Demarcação/Recuperação das Áreas Indígenas e Apoio ao Desenvolvimento Harmônico no Estado de Roraima – PRORORAIMA*, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cincuenta años de pensamiento en la Cepal: una reseña. In: CEPAL. *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal: textos seleccionados*. Santiago do Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998, v. 2, p. 9-61.

DINIZ, Edson Soares. *Os índios Macuxi de Roraima*. Marília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1972.

FUENTE, Mario La; SÁINZ, Pedro. Participación de los pobres en los frutos del crecimiento. *Revista de la CEPAL*, Santiago do Chile, n. 75, p. 161-170, dez. 2001.

HUBER, Otto. Geología, geomorfología y suelos. In: WEIDMANN, Karl. *La Gran Sabana*. Caracas, 1999. p. 4-20.

KITAMURA, Paulo Choji. *A Amazônia e o desenvolvimento sustentável*. Brasília: Embrapa-SPI, 1994.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria. (Org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa / LACED, 2002.

MARCANO, Elvia Elena Jimenez. *La construcción de espacios sociales transfronterizos entre Santa Elena de Uairén (Venezuela) y Villa Pacaraima (Brasil)*. 1996. 128 f. Tese (Doutorado) - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

MUELLER, Charles C. Economia ambiental na perspectiva do mundo industrializado: uma avaliação da economia ambiental neoclássica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 263-308, maio/ago. 1996.

RANIS, Gustav; STEWART, Frances. Crecimiento económico y desarrollo humano en América Latina. *Revista de la CEPAL*, Santiago do Chile, n. 78, p. 7-24, dez. 2002.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico/84*. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

SILVA, José Hamilton Gondim et al. *O futuro? ...Foi ontem! ... Uma leitura econômica sobre a insustentabilidade do desenvolvimento sustentável*. Brasília: Ed. Qualidade, 2008.

VERDUM, R. (Org.). *Mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil (II): contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar sustentáveis*. Brasília: INESC; PETI/MN, 1995.

VERDUM, R. *Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo*. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

DOCUMENTOS

Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

Comunidade Indígena Maturuca. *Carta da 35ª Assembléia dos Povos Indígenas do Estado de Roraima*. Terra Indígena Raposa Serra do Sol: s.e., 2006. Disponível em: <www.consciencia.net>. Acesso em: 15 set. 2007.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 48/2005 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005. ed. atual. 88 p.

BRASIL. *Decreto de 15 de abril de 2005*. Brasília. Disponível em: <www.presidencia.gov/ccivil>. Acesso em: 17 out. 2007.

_____. *Estatuto do Índio* (Lei 6.001/73). Brasília, 1973.

WEBSITES

Conselho Indígena de Roraima – CIR: www.cir.org.br. Acesso em: 19 ago. 2008.

Fundação Nacional de Saúde – FUNASA: www.funasa.gov.br. Acesso em: 1 set. 2008.

Fundação Nacional do Índio – FUNAI: www.funai.gov.br. Acesso em: 4 set. 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 set. 2008.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA: www.ibama.gov.br. Acesso em: 30 set. 2008.

DENUNCIANTES E PROFISSIONAIS DA DELEGACIA DA MULHER: LEITURAS E INTERPRETAÇÕES DE DEPOIMENTOS

Mônica Prates Conrado
Faculdade de Ciências Sociais/UFPA

Em entrevista realizada em agosto de 2005 ao Jornal O Liberal, do Estado do Pará, uma das perguntas que me foi feita era sobre o que se precisava para a proposição de políticas públicas voltadas às mulheres em situação de violência em Belém. Respondi que, naquele momento, “precisamos entender as atitudes das mulheres quando denunciam, abandonam ou não os agressores, para propor políticas públicas em favor delas”. Na verdade, o que mais importa é ouvir o que elas têm a dizer.

Este estudo foi realizado entre os anos de 2003 e 2005, antes do advento da Lei 11.340/2006¹ e pode servir como um contraponto, apesar de ainda trazer algo bastante atual: buscar entender por que as instituições e órgãos voltados ao atendimento à mulher apresentam, ainda como novidade, a preocupação com situações consideradas, pela sociedade, inerentes à vida privada dos indivíduos e, portanto, difíceis de serem compreendidas como questão pública.

De acordo com Ardaillon (1989), a discussão das questões que envolvem setores civis, organizações, entidades, conselhos e movimentos sociais, relativa à problemática “violência e mulher” teve início:

No final dos anos 70, o tema da violência específica tomou conta dos meios de comunicação de massa com um tom veemente, e de crítica às instituições tanto policiais e judiciais [...] notícias cada vez mais frequentes de denúncias cometidas contra mulheres passaram a ser divulgadas [...] (p. 85).

A criação da primeira delegacia da mulher, em São Paulo, no ano de 1985, e das demais delegacias em todo o país é fruto das pressões dos movimentos feministas e contribuíram para que casos referentes ao espancamento de mulheres, assim como a outras agressões a elas cometidas,